

## CONCLUSÕES

### ENCONTRO ONLINE DE REFLEXÃO E PARTILHA DE CASAS DE ACOLHIMENTO DO DISTRITO DE BRAGANÇA

“Acolhimento residencial: foco na criança e na transição para a vida autónoma”



3 de dezembro 2020

#### I INTERVENÇÕES

O encontro iniciou com a intervenção de **Ivone Florêncio** do Núcleo Distrital de Bragança da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza. Após as habituais saudações, lembrou a importância destes encontros para potenciar a capacitação de técnicos e participantes para uma intervenção mais eficaz junto das crianças e dos jovens para os quais, e com os quais, os diferentes técnicos se vão relacionando.

**Catarina Matos**, vice-presidente da mesa do conselho-geral do núcleo distrital de Bragança da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, partilhou a preocupação com o contexto atual de pandemia poder representar para as casas de acolhimento residencial de crianças e de jovens um desafio superior. Passa, segundo ela, por um lado pelo dever de proteção destas crianças e dos jovens face ao novo vírus e, por outro lado, pela necessidade de simultaneamente as instituições garantirem a proximidade, o vínculo e a afetividade social e familiar, sob pena do afastamento físico condenar estas crianças e jovens à solidão, ao afastamento e levantar consequentemente novos desafios, onde se incluem os desafios no campo da doença mental. Lembra que o objetivo do encontro promovido pelo Núcleo Distrital de Bragança, em conjunto com a PAJE, é o da criação de espaços de reflexão em torno da partilha de experiências e para a identificação de estratégias de atuação e/ou intervenção. Nasce também com o intuito de explorar formas e modelos de atuação que permitam repensar práticas institucionais mais inclusivas, direcionadas para as crianças e os jovens em acolhimento. Pretende também ajudar

as instituições a identificarem modelos de atuação que contribuam para o melhoramento e até mesmo para a mudança total de práticas instituídas.

**Fátima Veiga**, colaboradora do Departamento de Investigação e Projetos da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, lembrou o já longo trabalho que a EAPN desenvolveu na área da infância. Referindo-se ao contexto de pandemia, sublinhou os desafios quotidianos, quer sanitários, quer ao nível da saúde pública e a necessidade de se priorizar o trabalho direto com as crianças na família, na escola, e caso seja esse o caso, também nas instituições que as acolhem tendo em vista a manutenção - o mais possível, da normalidade no seu quotidiano.

**Fernanda Almeida**, coordenadora da Equipa Técnica Regional Norte da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), deu início à sua intervenção citando Armando Leandro: *não há desenvolvimento ético, cultural, social e económico de qualidade sem qualidade humana e esta é subsidiária em alto grau da qualidade da infância. O desenvolvimento dessa cultura da infância, ao nível da prevenção e da intervenção reparadora e superadora do perigo, compete a todos* (in Revista Escolhas, Armando Leandro, abril de 2007). Posteriormente lembrou os 4 pilares onde assenta a convenção dos Direitos das Crianças: a não discriminação, a sobrevivência e desenvolvimento, o interesse superior da criança, a opinião da criança. Refere que a Comissão Nacional por indicação do governo Português, elaborou a Estratégia Nacional dos Direitos da Criança 2021-2024 que foi aprovada no Conselho de Ministro de 20 Novembro de 2020, acrescentando que a sua construção teve na sua base os princípios enunciados na Convenção dos Direitos da Criança.

A propósito das crianças e jovens em acolhimento – tema do encontro, a interveniente partilha orientações que segundo a CNPDPCJ, contribuem para a boa prática:

- A transição para a vida independente é um processo;
- A importância da construção de um plano de transição;
- Com os jovens, avaliar os seus pontos fortes e necessidades;
- A importância de trabalhar com jovens para entender os impactos na sua vida das experiências traumáticas e como pode afetar a sua transição para a vida independente;
- Os planos de transição, geralmente, concentram-se na logística da saída/aptidões instrumentais - casa, assistência médica, emprego etc. – mas é também fundamental os aspetos emocionais, psicológicos e de desenvolvimento que não podem ser esquecidos/negligenciados;
- O planeamento deve ser guiado pelos desejos, esperanças e expectativas e sonhos dos jovens, mas com apoio do gestor de forma a gerir expectativas e garantir que os objetivos sejam atingíveis;
- Ajudar os jovens a desenvolver conexões ao longo da vida também deve fazer parte do processo de planeamento de transição;
- Acompanhamento pós-acolhimento, mentoria continua.

**Orlando Vaqueiro**, diretor de segurança social do Centro Distrital de Bragança, do Instituto de Segurança Social, I.P., começou por partilhar breves notas sobre o seu entendimento pessoal, enquanto cidadão, experiências que acompanhou nas suas vivências na sua aldeia, no seu concelho, no seu distrito. Lembra que no passado era das famílias que os jovens se autonomizavam mais cedo, concluindo que a natureza não mudou, mas sim o paradigma social

em que crianças e jovens crescem. Explora disposições legais em torno da institucionalização, “agora acolhimento” e a necessidade de incorporar uma perspectiva sócio-histórica na análise das situações.

Informa os participantes do facto do distrito de Bragança ser a região que mais crianças recebe oriundas de outros territórios.

Conclui problematizando o facto do processo de autonomização dos jovens poder representar riscos adicionais para os próprios, agravando as probabilidades de exclusão na adultícia.

**Ana Cristina Barros**, do Polo de Coimbra do Instituto de Apoio à Criança (IAC), partilhou a experiência bem-sucedida da *Rede Crescer Juntos* - rede de atuação informal que congrega um número considerável de instituições a nível nacional, com responsabilidades na área da infância e da juventude. Conta que da sua base fazem parte três objetivos:

- Obter uma mais ajustada coordenação de esforços no combate à Exclusão Social de grupos desfavorecidos – crianças, jovens e respetivas famílias;
- Contribuir para a adequação das medidas de política nacional e internacional para a infância e juventude;
- Contribuir para a otimização de respostas no âmbito das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente.

Refere as mais valias desta rede:

- Construção de pontes com outras organizações;
- Dinamização de espaços de partilha e de diálogo interinstitucionais;
- Dinamização de ações de sensibilização / formação/ webinars temáticos;
- Realização de programas, projetos e atividades inclusivas – intercâmbios juvenis;
- Divulgação/promoção do trabalho desenvolvido pelas instituições parceiras.

De seguida, indo de encontro com as preocupações próprias do grupo etário alvo da reflexão desta mesa redonda, apresenta a *Rede Juvenil Crescer Juntos* que refere ter como objetivo principal dar a voz às crianças e aos jovens, mas também:

- Desenvolver competências de participação, espírito crítico, de iniciativa, de socialização, de solidariedade e de tolerância;
- Promover o respeito pelo outro, a auto-estima e o auto-conhecimento;
- Promover o direito à liberdade de expressão e de opinião;
- Promover uma cidadania ativa.

Para melhor dar a conhecer a importância que é dada às metodologias participativas, ilustra a sua intervenção com os testemunhos, via vídeo, de dois jovens, participantes do projeto.

**João Pedro Gaspar**, mentor e coordenador da Plataforma de Apoio a Jovens Ex-acolhidos (PAJE), começa por sinalizar a mudança de paradigma no modo como no discurso estes jovens são encarados: antigamente falava-se em utentes e instituições, agora fala-se de jovens em casas de acolhimento.

É segundo a sua experiência no pós-acolhimento que surgem as principais dificuldades de autonomização e inserção. A PAJE intervém sobretudo aí, sendo até à data, a única plataforma portuguesa que apoia jovens ex-acolhidos. Essa atuação tenta colmatar algumas das fragilidades do período de acolhimento residencial como a dificuldade de projetar a vida dos jovens de uma

forma estruturada. Acrescenta: as próprias casas não preveem uma saída estruturada até por falta de um enquadramento legal. Por exemplo, poucas são as casas que tem um modelo *follow-up*. Na PAJE existe um modelo *follow-up* que já se aplicou em algumas casas de acolhimento. Refere ser esta uma das vantagens que as casas que tem protocolo com a PAJE podem usufruir. Fornecem formação específica aos cuidadores de 35 horas, rentabilizando o volume de formação que a legislação obriga às organizações indistintamente da área de atuação. Esta formação da PAJE é direcionada para as necessidades específicas do acolhimento.

Na opinião do interveniente a investigação em torno dos impactos da experiência de acolhimento propriamente dita, é lacunar. É, por exemplo, impossível quantificar o número de jovens que tiveram experiências com a justiça ou, por exemplo, quantos sem abrigo tiveram experiências passadas de acolhimento? Ao nível da saúde mental: quantos deixaram de tomar medicação psiquiátrica, quantos cometeram tentativas sérias de suicídio? Em Portugal a expressão pós-acolhimento não faz ainda muito sentido. O modelo português é ainda muito “residencialista”. Estes jovens precisam de ser preparados para as necessidades mais comuns do dia: como cozinhar e para quantas pessoas, fazer compras, marcar consultas, abrir uma conta no banco, preencher uma declaração de IRS..

Remata, concluindo que ainda há muito por fazer no suporte para a transição para a vida em autonomia sendo por isso importante criar mecanismos de escuta destes jovens para que se possa construir neles uma “resiliência XXL”, sinónimo de melhor integração dos jovens.

Com o encontro quase a finalizar, seguiu-se o testemunho na primeira pessoa de uma jovem ex-acolhida: **Carolina Té**. Conta aos participantes que está a tirar o curso de serviço social porque acha que com essa licenciatura poderá contribuir para mudar alguma coisa nas casas de acolhimento. Fala da sua experiência de acolhimento em instituições onde quase por magia tudo aparecia feito: “só tinha de ir à escola e voltar e colocar a roupa num cesto que aparecia lavada.” Do estado é preciso mais, porque, segundo ela “é pai até aos 18 anos e depois demite-se.” Conta que já ex-acolhida a viver uma vida autónoma acomodou em sua casa jovens que andavam a deambular”.

Coube a **Fátima Veiga**, colaboradora do Departamento de Investigação e Projetos da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, concluir a parte das intervenções abrindo o espaço ao debate dos intervenientes com a audiência, reforçando a importância de perceber afinal o que é estar institucionalizado, ter estado acolhido? Na sua opinião, existem instituições com muito trabalho que poderão dar contributos nesta matéria. Destaca a necessidade de reforçar os recursos humanos nas instituições, tanto durante o período de acolhimento como no período de pós-acolhimento. Termina desejando que a Estratégia Nacional dos Direitos da Criança 2021-2024 venha com recursos para isso.

## ENCERRAMENTO

Coube a **Sérgio Costa Araújo**, Investigador e Prof. Especialista, finalizar, apresentado as notas finais, destacando os pontos principais das intervenções e de lançar alguns desafios reflexivos e técnicos aos participantes.

Após a conclusão, lavrou este documento do qual é relator, acrescentando um segundo documento reflexivo que inclui uma explanação mais aprofundada e atual do tema, assim como as principais recomendações suscitadas pelos testemunhos do encontro. Este documento reflexivo constitui a segunda parte deste trabalho e intitula-se:

**“Pobreza infantil e acolhimento residencial: foco na criança e na transição para a vida autónoma e familiar”.**

Sérgio Costa Araújo  
Porto, Janeiro 2021

